

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.142 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2000



O empresário Henrique Loyola assumiu na sexta-feira o mandato de senador, em lugar de Casildo Maldaner, que se licenciou por 121 dias. Cumprimentado por outros senadores (na foto, com Bernardo Cabral), Loyola antecipou que dará ênfase à defesa do ensino profissionalizante.

PÁGINA 8

Subcomissão do Judiciário ouve presidente do TRT-SP

Senadores recomeçam amanhã as investigações sobre as obras do fórum trabalhista e ouvem na quarta-feira o presidente do TST

A Subcomissão do Judiciário ouve amanhã o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Floriano Vaz da Silva, e dois ex-presidentes, os juízes José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar, sobre as irregularida-

des na construção do fórum trabalhista paulistano. Na quarta-feira, devem depor o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, e três ex-presidentes, José Ajuricaba, Ermes Pedrassani e Wagner Pimenta.

PÁGINA 3



Projeto de Arruda aumenta as penas para crime de corrupção

PARA ARRUDA, CORRUPÇÃO DEVE SER CONSIDERADA CRIME HEDIONDO

PÁGINA 7



Hartung quer evitar que embargo prejudique o vencedor de leilão

HARTUNG PROPÕE REDUZIR RISCO PARA VENCEDOR DE LEILÃO PÚBLICO

PÁGINA 7



Antonio Carlos, entre a escritora Zélia Gattai, a atriz Fernanda Montenegro e o prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy

ACM INAUGURA EM SALVADOR REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS DO CONGRESSO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou oficialmente na sexta-feira a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI), que tornará disponíveis na Internet mais de 500 mil documentos. O evento ocorreu durante a

abertura da IV Feira Internacional do Livro da Bahia, evento de que o Senado participa com seu estande. A RVBI resulta da união dos acervos da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, e da Biblioteca da Câmara, entre outras.

PÁGINA 4



Tebet preside a comissão mista que apreciará o relatório final sobre a MP

COMISSÃO MISTA DISCUTE JUROS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS

PÁGINA 3

Eletronorte mostra "revolução silenciosa" na Amazônia

Em entrevista à TV Senado, o presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, fala da "revolução silenciosa" que vem ocorrendo na Amazônia: a revolução energética, base do desenvolvimento econômico da região.

PÁGINA 2

Plenário homenageia em setembro o centenário do ex-senador José Ermírio

Nascido em Pernambuco em 1900, o ex-parlamentar foi ministro da Agricultura do governo João Goulart e um dos fundadores da Fiesp. Sua morte ocorreu em agosto de 1973

A Hora do Expediente da sessão do Senado de 12 de setembro será dedicada a homenagear o centenário de nascimento do empresário e ex-senador José Ermírio de Moraes. Requerimento sugerindo a iniciativa foi apresentado pelo senador José Jorge (PFL-PE). Natural de Nazaré da Mata (PE), José Ermírio nasceu em 21 de janeiro de 1900 e morreu em São Paulo no dia 9 de agosto de 1973.

Além de exercer o mandato de senador no período de 2 de julho de 1963 a 31 de janeiro de 1971 pelo estado de Pernambuco, José Ermírio exerceu os cargos de ministro da Agricultura, de presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e de engenheiro estadual em Minas Gerais. No governo Jânio Quadros, foi indicado para chefiar a representação diplomática brasileira em Bonn,

na Alemanha. Ele também fundou e dirigiu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e foi diretor-presidente do Grupo Industrial Votorantim.

Um dos maiores empresários industriais do Brasil, José Ermírio apoiou e trabalhou pela eleição do governador pernambucano Miguel Arraes. Quando se elegeu senador por Pernambuco em 1962, pela coligação PTB-PTN, ele não assumiu o mandato imediatamente por estar ocupando o cargo de ministro da Agricultura do governo João Goulart. Ele ocupou sua cadeira no Senado logo após deixar o ministério.

No Senado, José Ermírio foi membro titular das comissões de Agricultura, Indústria e Comércio, Finanças e de Projetos do Executivo. Também presidiu a Comissão de



José Jorge foi autor do requerimento para a homenagem de José Ermírio em Plenário

Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica e a Comissão de Agricultura, além de

ter sido suplente na Comissão dos Estados para Alienação de Terras Públicas e Povoamento.

Presidente da Eletronorte fala à TV Senado

Uma "revolução silenciosa" vem ocorrendo na Amazônia nos últimos anos: a revolução energética, base necessária do desenvolvimento econômico da região. Esse é o tema de entrevista especial com o presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, apresentada pela TV Senado no fim de semana e que será mostrada novamente hoje às 7h30 e às 11h.

— A Amazônia não será mais carente de energia. Com a concretização, na gestão do presidente Fernando Henrique, dos planos elaborados pela Eletronorte durante o governo Sarney, aconteceu uma revolução energética silenciosa nos últimos cinco anos, que vai viabilizar o desenvolvimento da região — afirmou o entrevistado.

Lopes explicou que a "revolu-

ção" foi obra dos técnicos da Eletronorte, que conseguiram mudar a abordagem da questão energética na Amazônia por meio da elaboração de cenários. Eles convenceram o governo de que o investimento na geração de energia em determinados locais seria capaz de alavancar a atividade econômica.

O presidente da Eletronorte também esclareceu alguns pontos da política de desestatização da empresa. Segundo disse, o governo hoje não é mais visto como agente econômico no setor elétrico, e sim como agente regulador e responsável pelas pequenas comunidades e áreas antieconômicas.

— A Eletronorte tem agido no sentido de viabilizar a privatização, mas sem deixar de investir na Amazônia, onde não couber a iniciativa privada — sublinhou.

Entre os principais projetos da Eletronorte para garantir o suprimento de energia estão a duplicação da capacidade da hidrelétrica de Tucuruí e a construção da usina de Belo Monte, ambas no Pará e cujo papel extrapola a região amazônica, garantindo o suprimento do resto do país pela interligação do sistema. A primeira fase de Tucuruí já contribui com 10% do total brasileiro, sendo hoje a maior hidrelétrica brasileira (a binacional de Itaipu entra com 25%).

Tucuruí II e Belo Monte geram juntas quase 20 mil megawatts, e, pelo sistema interligado, Belém poderá receber a energia de Itaipu e Porto Alegre ser suprida por Tucuruí, exemplificou. Lopes está certo de que o novo projeto de Belo Monte, no rio Xingu, vai atrair

a iniciativa privada, e a licitação estará pronta até junho do próximo ano.

— É um negócio espetacular. Será uma energia ainda mais barata do que a produzida hoje, com impacto ambiental quase zero, sem necessidade de remanejamento de população, sem atingir aldeias indígenas. É uma dívida da natureza. Igual, só Paulo Afonso — assegurou.

Na entrevista, Lopes fala também dos projetos da Eletronorte para os estados do Amapá, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins, das iniciativas tomadas para regularizar o fornecimento de eletricidade ao Amazonas, especialmente Manaus, da interligação com a Venezuela e das novas perspectivas de integração regional.

Brasil 500



SEGUNDA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Quarta-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Quinta-feira

10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

15h — Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: depoimento dos juizes do TRT-SP Rubens Tavares Aídar, Floriano Vaz da Silva e José Victório Moro. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

10h — Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: depoimento dos ministros do TST Almir Pazianotto, José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrassani e Wagner Antônio Pimenta. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.035-23, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Perdidos no espaço*, de Stephen Hopkins. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Presidente do TRT-SP depõe amanhã sobre obra

Subcomissão do Judiciário deverá ouvir também dois ex-dirigentes do tribunal de São Paulo. Para quarta-feira estão previstos os depoimentos do atual presidente do TST, Almir Pazzianotto, e de três ministros que o antecederam no cargo

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Floriano Vaz da Silva, e dois ex-presidentes – juízes José Victório Moro e Rubens Tavares Aidar – falarão amanhã à Subcomissão do Judiciário sobre as irregularidades na construção do fórum trabalhista da capital paulista. Em depoimento ao Ministério Público Federal na semana passada, os três disseram que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de recursos da obra do TRT, tinha relações pessoais com o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Também será ouvido amanhã César Augusto Gilli, integrante, de fevereiro a março de 1999, de uma comissão criada pelo TRT para acompanhar a obra do fórum. Na quarta-feira, estarão na subcomissão o atual presidente do



A Subcomissão do Judiciário, presidida pelo senador Renan Calheiros, tem uma extensa agenda de trabalhos nesta semana

Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto, e três ex-presidentes – ministros José Ajuricaba da Costa e Silva, Ermes Pedro Pedrassani e Wagner Antônio Pimenta.

O primeiro a depor à subcomissão foi Eduardo Jorge Caldas Pereira. Durante seu depoimento, ele

disse que suas conversas telefônicas com Nicolau dos Santos Neto tinham como único tema a nomeação de juízes para o TRT. De acordo com o ex-secretário, os dois procuravam escolher para o tribunal juízes contrários à reindefinição da economia, o que poderia colocar em risco o Plano Real. Depois dele, já passaram pela subcomissão cinco procuradores da República, funcionários do TRT e do TST, além de ex-integrantes da comissão de acompanhamento da obra do fórum.

Em seu depoimento ao Ministério Público, Floriano Vaz da Silva

disse que suas conversas telefônicas com Nicolau dos Santos Neto tinham como único tema a nomeação de juízes para o TRT.

O presidente do TST e os três ex-presidentes convidados para a reunião de quarta-feira da subcomissão deverão falar sobre o papel do tribunal tanto na previsão de verbas orçamentárias para a obra do TRT quanto na liberação dos recursos para a construção do prédio. Na terça-feira, o diretor-geral do TST, José Geraldo Lopes, afirmou à subcomissão que as transferências de recursos orçamentários feitas aos tribunais regionais não estipulam de que forma deve ser utilizado o dinheiro.

Lopes chegou a afirmar à subcomissão que o TST era um “mero repassador de recursos” aos tribunais regionais. Na ocasião, o senador Jefferson Péres (PDT-AM), vice-presidente da subcomissão, perguntou ao diretor-geral por que ele havia visitado as

obras do TRT em São Paulo, quando Lopes disse ter conhecido o proprietário da Incal, Fábio Monteiro de Barros. Lopes informou que foi a São Paulo em 1993 a pedido do então presidente do TRT, uma vez que a liberação das verbas para a obra do fórum estava atrasada.

disse ter ouvido de um juiz que a relação de Eduardo Jorge com Nicolau dos Santos Neto era tão próxima que o então secretário-geral da Presidência da República teria se hospedado no apartamento do ex-juiz em Miami. O Ministério Público Federal está investigando a possível influência de Eduardo Jorge



O projeto de lei complementar a ser analisado pela CCJ institui também novas normas de elaboração, redação e alteração das leis federais

CCJ aprecia normas para consolidação das leis federais

Todas as leis federais pertinentes a determinado assunto e afins serão reunidas na Consolidação da Legislação Federal (CLF), conforme projeto de lei complementar de iniciativa do Executivo já aprovado, com modificações, pela Câmara. O projeto, que modifica a Lei Complementar nº 95, de 1998, deverá ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em setembro.

No texto aprovado pelos deputados, à medida que as leis federais forem incorporadas ao novo diploma legal – a Consolidação da Legislação Federal –, elas serão revogadas, mas sem perder sua força normativa. Tanto o Executivo como o Legislativo poderão apresentar propostas de consolidação, que deverão conter expressamente as leis que, incorporadas à CLF, serão revogadas, assegurada a substância e a força normativa dos dispositivos consolidados. As medidas provisórias que ainda não tiverem sido convertidas em lei não poderão ser integradas à CLF. A apreciação dos projetos de lei de consolidação, por sua vez, terá processo legislativo próprio.

Ainda segundo o projeto, várias modificações poderão ser feitas na consolidação das leis federais, como introdução de novas divisões e diferente colocação e

numeração de dispositivos das leis originais. Dispositivos – entendidos no projeto como artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens das leis federais – repetidos poderão ser fundidos e a denominação de órgãos, assim como o valor de multas pecuniárias, deverão ser atualizados. Os dispositivos que tenham sofrido declaração de inconstitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) serão eliminados da CLF.

Além de instituir regras para a elaboração da CLF, o projeto de lei complementar modifica normas de elaboração, redação e alteração das leis federais. Assim, a proposta veda a renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo – como seções e títulos –, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo anterior, seguido de letras maiúsculas em ordem alfabética. Dispositivo que tenha sido revogado, vetado ou declarado inconstitucional pelo STF, por sua vez, não poderá ter seu número reaproveitado: ele continuará sendo expresso, seguido da expressão “revogado”, “vetado” ou “declarado inconstitucional pelo STF”.

Outra modificação contida na proposta estabelece que todas as referências a números e percentuais em leis federais deverão ser grafadas por extenso, exceto para ano e número de lei.

Comissão mista discute relatório sobre empréstimos dos fundos constitucionais

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúne-se na quarta-feira, às 14h30, para discutir e votar a elaboração do relatório final. Presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão vai debater a fixação de taxas de juros para os empréstimos concedidos com os recursos dos fundos, que deverão variar entre 9% e 16%, dependendo do tamanho da propriedade rural ou industrial.

A MP foi reeditada no último

dia 13 de fevereiro, e a comissão, que já promoveu vários debates e audiências públicas com autoridades ligadas ao setor, deverá concluir o exame da matéria até o dia 27 deste mês.

Criados pela Constituição de 1988, os fundos têm como principal objetivo financiar os setores produtivos das três regiões. Segundo dados do BNDES, somente em 1999 foram repassados para o fundo do Nordeste R\$ 853 milhões. Os fundos do Norte e do Centro-Oeste, no mesmo período, receberam, cada um, R\$ 286 milhões. A União é obrigada a repassar 3% da arre-



Ramez Tebet preside a comissão, que deverá discutir a fixação das taxas de juros dos fundos

cação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para esses programas.

Antonio Carlos inaugura Rede Virtual de Bibliotecas

Com um total de mais de 500 mil documentos, que poderão ser acessados pela Internet, a rede integra os acervos do Senado, da Câmara dos Deputados e de diversos outros órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário

Ao lado da atriz Fernanda Montenegro e da escritora Zélia Gattai, o presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, inaugurou oficialmente na última sexta-feira, na cidade de Salvador, a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI).

O evento aconteceu durante a IV Feira Internacional do Livro da Bahia e contou ainda com a presença dos demais senadores da bancada baiana, Paulo Souto e Djalma Bessa (ambos do PFL), além do governador do estado, César Borges, e do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy.

Fazendo suas palavras pronunciadas, em discurso que antecedeu ao seu, pelo presidente da Câmara Brasileira do Livro, Raul Wassermann, o senador Antonio Carlos Magalhães enfatizou que “o livro não pode ser um privilégio de elites”.

– E é isso, com a feira do livro, que nós queremos fazer: dar ao povo a oportunidade de ler livros, de aumentar a sua cultura, de aumentar o seu saber, que esta é a única forma de o ser humano realizar-se em toda a sua plenitude – continuou Antonio Carlos.

Após o pronunciamento do presidente do Senado, as pessoas presentes no auditório montado no Pavilhão de Exposições do Cen-

tro de Convenções da Bahia assistiram a um vídeo sobre a RVBI, resultado da união dos acervos da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, da Biblioteca da Câmara dos Deputados, e de outras bibliotecas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

A rede vai tornar disponíveis cerca de 500 mil documentos, permitindo pesquisar uma base de dados integrada por livros, periódicos, obras raras e multimeios.

PUBLICAÇÕES

Após visitar a exposição Ence-na, relato multimídia da carreira da atriz Fernanda Montenegro, Antonio Carlos seguiu para o estande do Senado na Feira do Livro, que permanecerá aberta ao público até o próximo dia 27.

Ali, ele recebeu da diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, exemplares dos últimos lançamentos do Senado: *Rui, o estadista da República*, de João Mangabeira; *Pensamento e ação de Rui Barbosa*, uma seleção de textos da Fundação Casa de Rui Barbosa; *O Rio de Janeiro como é*, de C. Schlichthorst; e *Joaquim Nabuco – Revolucionário conservador*, de Wamireh Chacon. No estande do Senado, Antonio Carlos também acompanhou a uma pesquisa de documentos feita na RVBI pela Internet.

– Poucos neste país sabem quantas publicações importantes o Congresso Nacional, através do Senado, está realizando para que o povo tome conhecimento da história do país e, mais do que isso, possa aprender com o exemplo de nossos antepassados e possa construir um presente e futuro como o Brasil bem merece – afirmou o presidente do Senado Federal ao público presente à abertura da Feira do Livro que, segundo os organizadores, deve atrair mais de 180 mil pessoas.

O evento de lançamento da RVBI contou ainda com a presença dos secretários estaduais de Educação, Eraldo Tinoco; de Cultura, Paulo Gaudenzi; de Fazenda, Albérico Mascarenhas; e do presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Antônio Honorato.



O Senado tem participado de feiras de livros para divulgar o trabalho e as publicações da instituição

AS QUATRO ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL

Rui, o estadista da República – Volume da Coleção do Conselho Editorial do Senado, o livro teve como origem uma conferência proferida na Casa de Rui Barbosa. A publicação é um estudo aprofundado sobre a atuação pública do jurista baiano. De autoria de João Mangabeira, o livro traz uma introdução do ex-senador Josaphat Marinho.

Pensamento e ação de Rui Barbosa – Coletânea de textos de Rui Barbosa, cobrindo diversos temas e aspectos relacionados com as suas atividade intelectuais e públicas, desenvolvidas nas funções de deputado, advogado, ministro de Estado, diplomata, senador, candidato à Presidência da República, jurista, analista social e jornalista. Os textos foram organizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa. O prefácio da obra, que também faz parte da Biblioteca Básica Brasileira, é de Mário Brockmann Machado, presidente daquela fundação.

O Rio de Janeiro como é (1824-1826) – Escrito por C. Schlichthorst, militar alemão a serviço do Exército Imperial, o livro é uma descrição detalhada da vida social, política e militar carioca e brasileira, com um retrospecto dos acontecimentos ligados à Independência. A obra, rara e pouco conhecida, foi traduzida por Emmy Dodt e Gustavo Barroso e traz uma narração talentosa e de bom gosto literário do tenente.

Joaquim Nabuco: revolucionário conservador (Sua Filosofia Política) – Ensaio de autoria do professor Wamireh Chacon, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, faz uma análise dos textos de Nabuco, assim como da biografia escrita pela filha do autor. Chacon foi o primeiro a pesquisar sistematicamente a correspondência do político e escritor brasileiro, que se encontra na Fundação Joaquim Nabuco, do Recife.

Acervo inclui obras raras e manuscrito de Machado de Assis

Todo o conteúdo da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) poderá ser acessado pela Internet, na página do Senado (www.senado.gov.br). Na rede, será possível obter informações principalmente nas áreas de Direito, Ciência Política, Educação, Economia e Sociologia.

O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que, em 1972, iniciou o processo de informatização da biblioteca da Casa e criou a primeira rede brasileira de bibliotecas. Em 2000, foi adotado o software *Aleph*, usado internacionalmente por um pequeno grupo de bibliotecas digitais. Foi com a implantação dessa tecnologia, que possibilita a criação de uma base de dados multimídia, que nasceu a RVBI.

Entre os documentos que podem ser pesquisados na rede, estão informações legislativas, relatórios ministeriais e presidenciais da época do Império e da Primeira República, gravuras, mapas e obras raras, como um manuscrito de Machado de Assis, que integram o acervo da Biblioteca do Senado.

A VOZ do CIDADÃO
VOCE LIGADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211
www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

CCJ volta a analisar a presença de mulheres no STF

A proposta de emenda constitucional, do senador Ademir Andrade, que estabelece a alternância entre pessoas do sexo masculino e feminino nas nomeações para o Supremo Tribunal Federal volta à comissão devido a uma emenda de Plenário

A proposta de emenda constitucional, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que estabelece a alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e feminino para o cargo de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF) está pronta para voltar à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria, que já tramitou pela CCJ e recebeu parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), teve uma emenda de Plenário e, por esse motivo, retornou à comissão. A emenda modifica o objetivo da proposta, que não define a reserva de vagas

para as mulheres mas sim a exigência de idade mínima de 45 anos para o exercício do cargo de ministro do Supremo. A Constituição estabelece que a idade mínima deve ser 35 anos. O parecer do relator é pela rejeição da emenda de Plenário.

Quanto à proposta de emenda constitucional, Lúcio Alcântara observa em seu parecer que, apesar de não existir nenhum impedimento explícito para que as mulheres alcancem o mais elevado posto da magistratura nacional, o país ainda não teve nenhuma pessoa do sexo feminino naquela corte.

— Sem um mecanismo de incen-



Ademir defende uma participação feminina mais efetiva nos quadros institucionais

tivo, como a reserva de vagas, as mulheres poderão chegar àquele posto apenas como decorrência

de sua capacidade pessoal, e mesmo assim disputando com os homens em condições desiguais — argumenta o senador.

Na justificativa de sua proposta, o senador Ademir Andrade observa que o Congresso Nacional vem tendo a preocupação de oferecer ao país meios capazes de tornar mais efetiva a participação feminina nos quadros institucionais. Ele lembra que recentemente os parlamentares instituíram, em dispositivo da Lei Eleitoral, critério de reserva de candidaturas para cada sexo, “o que assegurará maior participação das brasileiras no Poder Legislativo”.

Ademir ressalta também que a Constituição, ao impor as exigências de notório saber jurídico, reputação ilibada e aprovação da escolha dos ministros do Supremo pela maioria absoluta do Senado Federal, já prevê condições tendentes a afastar possíveis favorecimentos indevidos. O senador considera, no entanto, indispensável a inclusão no texto constitucional de critério que impeça a discriminação das juristas brasileiras. Segundo disse, não se pode aceitar que as mulheres brasileiras continuem “injustificavelmente excluídas da mais alta corte do país”.

Comissão propõe mudanças na Lei Kandir

A Comissão Temporária da Amazônia apresentou projeto de lei complementar que modifica dispositivos da Lei Kandir. A intenção é excluir da isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) os produtos primários e uma lista de semi-elaborados, mesmo que destinados à exportação. O projeto mantém as isenções fiscais instituídas para fomentar as expor-

tações apenas para produtos industrializados e alguns semi-industrializados com alto valor agregado.

Para o relator do projeto, senador Ademir Andrade (PSB-PA), as conseqüências das isenções previstas na Lei Kandir foram danosas para a economia dos estados e municípios. Tampouco, disse o parlamentar, sequer atingiram os objetivos esperados pelo governo fe-

deral, que pretendia gerar superávits expressivos na balança comercial. A proposta está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto também pretende atender às reclamações dos estados e municípios, que alegam terem sido insuficientes as compensações por perda de arrecadação, em decorrência das isenções fiscais previstas na lei, desde o início de sua vigência em 1997. E delega ao Tribunal de Contas da União (TCU) a tarefa de apurar essas perdas.

O relator afirma que a sistemática para a compensação dos estados e municípios tem se revelado “um verdadeiro engodo”. Para prevenir novas perdas, o projeto prevê a entrega em dinheiro, pela União, em doze parcelas mensais no exercício financeiro subsequente. Os repasses seriam equivalentes às receitas que deixaram de ser arrecadadas.

Segundo Ademir Andrade, depois de alguns anos de vigência da Lei Kandir, emergiu “a verdade dos fatos”. Ele afirmou que a exportação de produtos primários, realizada em detrimento do bem-estar da população, não foi capaz de resolver o problema do equilíbrio das contas externas do país, que “continuaram batendo recordes negativos”.

— O que ocorreu foi uma transferência de recursos dos estados e municípios para os especuladores do comércio exterior — disse.



Segundo Roberto Saturnino, a lei irá beneficiar comunidades de regiões pobres e isoladas

Sancionada a lei que institui fundo para as telecomunicações

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou sexta-feira, com vetos, a lei que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Previsto na Lei Geral de Telecomunicações, o fundo se destina a atender à política de democratização dos serviços telefônicos e será constituído, basicamente, pela contribuição de 1% da receita operacional bruta das empresas do setor. A matéria foi aprovada pelo Senado no dia 29 de junho.

Relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) esclareceu que as empresas telefônicas não poderão repassar aos usuários qualquer ônus do que destinar para o fundo.

— Esse 1% terá que ser pago pela empresa telefônica, que vai

tirá-lo do seu faturamento. A lei não deixa margem a nenhuma dúvida: essa taxa não poderá ser acrescida na tarifa telefônica. Não é o usuário quem vai pagar — lembrou o parlamentar.

Conforme o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que relatou o projeto que previa o Fust na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a idéia da nova lei é obrigar as empresas a atender àquelas populações que não representem lucro financeiro imediato, como as comunidades de regiões isoladas, do meio rural e das periferias pobres das grandes cidades.

— São inquestionáveis a dimensão e a importância desse fundo, que vai fazer com que as empresas privadas continuem a prestar os serviços antes executados pelas estatais — afirmou o senador.

TV Senado Política e muito mais

Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

Francelino lamenta fechamento da revista cultural "Palavra"

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou sua contrariedade com o encerramento das atividades da revista *Palavra*, publicação mensal criada pelo escritor e cartunista Ziraldo, no mercado há 16 meses consecutivos. Francelino disse não entender como a revista,



Francelino espera que *Palavra* retorne ao mercado editorial

que tinha presença qualitativa forte no meio editorial e cultural do país, tenha sido fechada.

— *Palavra*, que ultimamente era dirigida pela empresária Ângela Gutierrez, tinha tudo para dar certo, a começar pela qualidade de seu texto e pela seleção de matérias que enfocava, todas diferentes ou inusitadas, mas sempre de grande profundidade — salientou o senador mineiro.

Ao contar que acompanhou a trajetória da revista *Palavra* desde abril do ano passado, ao ser

editado o primeiro número, Francelino Pereira disse que reconheceu nela um "fantástico e contagiante esforço, primeiro pela equipe que se juntou a Ziraldo e, mais recentemente, pela perseverante vontade de Ângela Gutierrez".

— Como os sonhos não morrem jamais, sei que a iniciativa de Ziraldo e de Ângela haverá de tocar os brios da nossa gente, para que o ressurgimento de *Palavra* não tarde — afirmou o senador.

Francelino pediu, em seu discurso, que a Mesa da Casa autorize a inserção do editorial de Ângela Gutierrez, publicado na edição de agosto último da revista *Palavra*, nos Anais do Senado. Também solicitou a inclusão do artigo do ex-diretor da revista José Eduardo Gonçalves, publicado na edição deste mês da revista *Caros Amigos*.

Freire defende livre manifestação de candidatos, em qualquer época

A discussão acerca da anistia às multas eleitorais tomaria outro rumo caso já estivesse em vigor texto aprovado pelo Senado liberando a manifestação pública de qualquer pessoa sobre assuntos políticos, candidatos ou candidaturas. A opinião é do senador Roberto Freire (PPS-PE), autor do substitutivo aprovado na Casa com base em texto original de Roberto Requião (PMDB-PR). A matéria aguarda a deliberação da Câmara.



Freire espera que o projeto seja aprovado pela Câmara

Aprovada no Legislativo, a anistia às multas eleitorais foi vetada pelo presidente da República, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. Freire disse que seu partido defendia a manutenção do veto do governo ao projeto de anistia. Na opinião do senador, o projeto mistura assuntos diferentes e termina beneficiando aqueles que efetivamente tenham cometido crimes eleitorais.

O senador afirmou que sempre considerou extemporânea a legislação eleitoral. Foi em razão dela que militantes e parlamentares do PPS foram admoestados em Belo Horizonte porque distribuíam panfletos a respeito da candidatura de Ciro Gomes. Conforme Freire, a finalidade do texto que aguarda votação na Câmara é garantir aos indi-

víduos a livre expressão de pensamento e de concepção política, independentemente da época em que essa manifestação se dê e do veículo empregado.

Ao defender o substitutivo, Freire argumentou que "não se pode punir, como a um criminoso, aquele que defende suas idéias, nem se pode pretender que haja limites estreitos para a discussão de assuntos políticos". Ele disse entender a política como um dos aspectos fundamentais da vida humana e instrumento de transformação da realidade.

Pela proposta original de Requião, não seria considerada propaganda eleitoral a manifestação pública do cidadão, ainda que mediante material impresso, sobre assuntos políticos gerais, desde que isso não veiculasse pedido de voto.

Em sua justificativa, Requião dizia que a proposta contribuiria para tornar a legislação eleitoral mais eficiente e condizente com as liberdades políticas, retirando os excessos que permitem ao juiz eleitoral influir na condução do pleito, beneficiando determinadas correntes políticas ou candidatos, "em prejuízo da verdade eleitoral e do livre julgamento do eleitor".

Estados e municípios poderão formar consórcios para obras

Projeto de Althoff, a ser analisado pela CCJ, estabelece que as parcerias abrangerão também serviços públicos e outras atividades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai votar, em caráter terminativo, projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que disciplina os consórcios públicos entre estados e municípios. Pela proposta, essas parcerias deverão dar prioridade a serviços públicos, atividades e obras de



Althoff: consórcios estarão sujeitos às regras de moralidade pública

interesse comum, a partir da associação de recursos humanos, técnicos e financeiros dos entes federados envolvidos.

De acordo com Althoff, esses consórcios poderão ter a forma de autarquia ou sociedade civil sem fins lucrativos. Também devem submeter-se a um regime de gestão associada, para a execução de fins públi-

cos de interesse comum. O projeto também sujeita a gestão dos recursos provenientes de transferências constitucionais, legais ou voluntárias de receitas orçamentárias da União às regras de fiscalização estabelecidas pela Constituição federal.

A proposta determina ainda que a publicidade dos atos de gestão dos consórcios deverá observar as normas gerais da administração financeira e orçamentária de verbas públicas; de licitação e contratos administrativos; de responsabilidade na gestão fiscal e de enquadramento de seus dirigentes como agentes públicos. A con-

tratação de pessoal para o quadro próprio dos consórcios será feita pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na justificação do projeto, o senador Geraldo Althoff assinala a importância dos consórcios públicos como "instrumento de cooperação de entes políticos para a realização de fins comuns". O parlamentar defende a necessidade de atribuir personalidade jurídica a estes organismos, para evitar que o pacto se torne "uma associação de fins imediatísticos". Os parâmetros legais que regulam a estrutura dos consórcios pretendem assegurar, segundo Althoff, a gestão correta dos recursos e afastar o perigo de uso dos consórcios "como instrumento de burla ou evasão aos princípios de transparência, moralidade e responsabilidade na gestão da coisa pública".

Alcântara homenageia Capanema pelo centenário do nascimento

Como membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou o centenário de nascimento do ex-ministro Gustavo Capanema, comemorado durante sessão solene realizada na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Rio de Janeiro. Para Alcântara, "os anos Capanema" marcaram um momento conturbado e contraditório da história republicana do país, em que o regime autoritário do Estado Novo mantinha boas relações com intelectuais identificados com causas sociais e modernização cultural.

Educado junto à elite intelectual de Minas Gerais, Gustavo Capanema vivenciou, segundo Alcântara, a "excitação revolucionária" da década de 30 e ocupou, por muitos anos, uma posição central na discussão de assuntos educacionais e culturais no país. Como essa época coincidiu com a explosão mundial de conflitos ideológicos e étnicos, evidenciados com o advento do nazi-fascismo, da Guerra



Lúcio Alcântara afirma que Capanema cumpriu as tarefas de seu tempo com grande probidade

Civil espanhola e do Estado Novo, Lúcio Alcântara assinalou as marcas deixadas por esses episódios na carreira e na obra política e administrativa de Capanema.

"Olhar os tempos de Capanema significa abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos", observou Lúcio Alcântara. Nos 11 anos em que Capanema exerceu o cargo de ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, entre 1934 e 1945, tendo como chefe de gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade, o senador cearense teste-

munha o transcorrer de um período de notável impulso nos sistemas educacional, cultural e artístico nacional, possível com a implantação de um processo de recuperação e preservação do patrimônio artístico e cultural, coroado com a criação do Iphan, a reforma do ensino secundário e o advento do ensino industrial.

Ao refletir sobre a trajetória político-administrativa de Capanema, o senador Lúcio Alcântara observou que o ex-ministro revelou-se um "paradigma" da contradição de sua época, caracterizado por um processo de "modernização conservadora". Ao mesmo tempo em que valorizava a produção dos intelectuais de artes e letras, procurava criar e consolidar os símbolos que perpetuavam o autoritarismo político do Estado Novo. "Capanema cumpriu a tarefa de seu tempo e o fez com grande probidade pessoal. Os equívocos que porventura cometeu só são visíveis aos olhos do presente, por meio da dialética que preside a própria História", finalizou Alcântara.

Marluce Pinto sugere salário e licença para as mães adotivas

As mães adotantes ou que tenham guarda judicial de crianças poderão receber a licença-maternidade e o salário-maternidade, se a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovar projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Atualmente, os benefícios somente são concedidos às chamadas mães naturais.



Marluce Pinto: "discriminação injustificada"

Conforme o projeto, o salário-maternidade será pago pelo período de 120 dias quando a criança tiver menos de um ano de idade, e de 30 dias, quando tiver entre um e cinco anos.

O salário-maternidade também seria pago às domésticas.

Para Marluce, a proposta visa corrigir o que classificou de "discriminação injustificada" da Consolidação das Leis do Trabalho para com as mães adotantes ou que tenham obtido a guarda judicial de crianças. Ela diz que os eventuais custos da concessão dos benefícios propostos serão pequenos em relação aos resultados positivos que a medida trará, principalmente em relação à saúde e educação.

— Uma criança abandonada representa um custo social incalculável — afirmou Marluce Pinto.

Arruda pretende mudar Código Penal para tornar corrupção crime hediondo

Projeto apresentado pelo senador, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo, também aumenta a pena de prisão de oito para 15 anos

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), em caráter terminativo, projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que altera dois artigos do Código Penal e a Lei 8.072/90 para incluir a corrupção passiva e a corrupção ativa entre os crimes hediondos.



Arruda também propõe indisponibilidade dos bens dos acusados por corrupção

A matéria está dentro do prazo para recebimento de emendas, depois do qual irá à votação. Caso seja aprovado pelo Senado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O projeto de José Roberto Arruda também torna qualquer bem adquirido pelo acusado a partir do

início da ação judicial promovida pela União ou pelo Ministério Público e até que a questão transite em julgado. Segundo o senador Arruda, essa medida "possibilitará ao erário ressarcir-se dos prejuízos causados pelos corruptos".

RESSARCIMENTO

— É sabido que uma legislação forte inibe, e muito, toda e qualquer ação que atente contra o patrimônio da nação e contra a segurança e auto-estima dos cidadãos — enfatiza Arruda na jus-

tificação da matéria.

O parlamentar também incluiu na proposta a elevação para 15 anos da pena de prisão para crimes dessa natureza. A punição atual é de, no máximo, oito anos. "Hoje a pena mínima para esse crime é de um ano, e dificilmente o condenado a cumpre em presídio, posto que tal punição comporta inúmeros benefícios, entre os quais regime aberto e a prestação de serviços à comunidade", afirmou o senador pelo Distrito Federal.

Hartung quer livrar vencedor de leilão dos riscos de embargo

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei para mudar os artigos 694 e 746 do Código Civil (Lei 5.869) a fim de livrar os vencedores de leilões públicos de uma grande dor de cabeça, na hipótese de o bem arrematado não ser entregue em função de embargos judiciais por parte do devedor.

Pelas regras vigentes, explica o parlamentar, "caso haja algum questionamento quanto a vícios formais do processo de alienação judicial, apontado em embargos, o arrematante, que é o terceiro, acaba sem direito de entrar na posse dos bens adquiridos e sem o dinhei-

ro que pagou, visto ser obrigado a depositar em juízo a totalidade da quantia ofertada".

Hartung não se conforma com a "iniqüidade" desse procedimento. E dá o exemplo hipotético de uma família que arremata um imóvel em leilão judicial, usando as economias de muitos anos. Faz o depósito integral do valor e, quando vai tomar posse do bem, é surpreendida com uma citação para responder, como litisconsorte (parte em um processo), aos embargos à arrematação.

— Hoje, o que se vislumbra para esse arrematante são anos e anos de discussão judicial

sobre eventuais direitos entre exequente e executado (credor e devedor), sobre a lisura do procedimento, enquanto que o terceiro, que imaginava fazer um negócio seguro, sob a superintendência de um juiz, não terá

nenhum o imóvel nem o numerário para fazer outra compra — argumenta o senador.

A proposta de Paulo Hartung quer abrir a possibilidade de o arrematante, na hipótese de ha-



Hartung vê "iniqüidade" nas regras que prevalecem hoje nos leilões de bens

ver embargos à arrematação, desistir do leilão. "O que deverá ser imediatamente deferido pelo juiz, com a liberação dos depósitos", ressalta o parlamentar. O projeto será examinado pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em caráter terminativo. Caso seja aprovado e nenhum senador recorra ao Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

PROGRAMAÇÃO



COMO SINTONIZAR		TV SENADO		RÁDIO SENADO			
<p>TV SENADO</p> <p>Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Satélite - B1 Transponder - 1 BE (Banda Estendida) Polarização: Vertical Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz Antena - 3,6 m LNB Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB Symbol 3,2143MS-S SEC 3/4 Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700 <p>Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:</p> <ul style="list-style-type: none"> NET BsB - canal 7 SKYNET - canal 30 DirecTV - canal 163 		<p>RÁDIO SENADO FM</p> <p>Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:</p> <p>Equipamentos necessários:</p> <ul style="list-style-type: none"> Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C Receptor ABR 200, ComStream LBN DRO ComStream 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F <p>Informações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz Satélite: Brasilsat B2 Polarização: Vertical (RX) Modo: Joint-Stereo Taxa: 128 Kbps-BPSK Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7 		<p>HOJE</p> <p>1h — <i>Debate</i>: Sen. Tião Viana e o pediatra Márcio Lisbôa falam sobre o ensino médico no Brasil</p> <p>2h — <i>Saúde/Unip</i>: Respiração — parte 1</p> <p>2h30 — <i>Especial</i>: Gilberto Freire</p> <p>3h — <i>Cores do Brasil</i>: Folclore do Maranhão</p> <p>3h30 — <i>Entrevista Especial</i>: José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte</p> <p>4h30 — <i>Saúde/Unip</i>: Respiração — parte 1</p> <p>5h — <i>TV Escola</i>: Educação Ambiental — Erosão e desertificação</p> <p>5h30 — <i>Cores do Brasil</i>: Turismo na Paraíba</p> <p>6h — <i>Saúde/Unip</i>: Respiração — parte 1</p> <p>6h30 — <i>Debate</i>: Sen. Tião Viana e o pediatra Márcio Lisbôa falam sobre o ensino médico no Brasil</p> <p>7h30 — <i>Entrevista Especial</i>: José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte</p> <p>8h30 — <i>TV Escola</i>: Educação Ambiental — Erosão e desertificação</p> <p>9h — <i>Cores do Brasil</i>: Diamantina</p> <p>9h30 — <i>Entrevista</i>: Sen. Jefferson Péres fala sobre o desenvolvimento da Amazônia</p> <p>10h — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)</p> <p>11h — <i>Entrevista Especial</i>: José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte</p> <p>12h — <i>Cores do Brasil</i>: Maranhão</p> <p>12h30 — <i>Revista Brasília</i></p> <p>13h30 — <i>Debate</i>: Sen. Tião Viana e o pediatra Márcio Lisbôa falam sobre o ensino médico no Brasil</p> <p>14h30 — Sessão Plenária (vivo)</p> <p>18h30 — <i>Entrevista</i>: Sen. José Alencar fala sobre os remédios falsificados</p> <p>19h — <i>Cores do Brasil</i>: Paraíba</p> <p>19h30 — <i>Debate</i>: Sen. Tião Viana e o pediatra Márcio Lisbôa falam sobre o ensino médico no Brasil</p> <p>20h30 — <i>Entrevista</i>: Sen. Jefferson Péres fala sobre o desenvolvimento da Amazônia</p> <p>21h — <i>Jornal do Senado</i></p> <p>21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)</p>		<p>HOJE</p> <p>8h — <i>Agenda Senado</i></p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)</p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>19h — <i>A Voz do Brasil</i></p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>20h30 — <i>Senado em Linha Direta — Edição Nordeste</i></p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>21h — <i>Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste</i></p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>21h30 — <i>Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste</i></p> <p>Em seguida — Música e informação</p> <p>0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)</p> <p>Em seguida — Música e informação</p>	

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Maldaner destaca importância do 11 de agosto

Data de criação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, há 173 anos, é considerada pelo senador o “ponto de partida” para que se tornasse possível realizar, em solo brasileiro, estudos voltados para a realidade nacional

Ponto de partida para o desenvolvimento cultural e científico brasileiro. É desta forma que o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) vê a importância para o país do 11 de agosto, data de criação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, 173 anos atrás. Ao exaltar o evento e cumprimentar os advogados brasileiros pelo seu dia, o parlamentar destacou que a iniciativa de d. Pedro I “abriu caminho para uma abordagem da ciência jurídica subordinada à realidade nacional e, a partir daí, para que se lançassem os alicerces do pensamento científico *latu sensu made in Brazil*”.

A partir da criação das faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, acrescenta Maldaner, tornou-se possível realizar, em solo brasileiro, estudos voltados para a realidade nacional. Ele lembra, ainda, que a aspiração dos brasileiros por possuir no país estabelecimentos de ensino superior re-



A criação das faculdades de Direito do Recife (foto) e de São Paulo foi “um marco decisivo na história pátria”, segundo Maldaner

monta aos tempos da colônia. Os inconfidentes mineiros, no final do século XVIII, já propunham

dotar a pátria de uma universidade. O mérito de formular oficialmente essa proposta ficou, no en-

ter a criação daqueles dois primeiros cursos jurídicos representando um marco decisivo na história pátria – destacou Maldaner. O senador lamentou, por outro lado, que todas as tentativas parlamentares de oficializar o 11 de agosto também como o Dia do Advogado tenham fracassado. Inclusive seu projeto de lei, que teve parecer contrário na Comissão de Educação do Senado. Para dar uma “satisfação a todos aqueles que tinham a expectativa de ver oficializada tal data”, o parlamentar reafirmou da tribuna do Senado sua convicção “da justiça de se inserir no ordenamento jurídico do país a comemoração do Dia do Advogado, esse herói anônimo da imorredoura causa das liberdades públicas, esse instrumento essencial para garantir o acesso de todos à justiça, esse operário diligente e habilidoso na necessária reconstrução permanente do Direito”.

tanto, com José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. Ele a apresentou formalmente à Assembléia Constituinte de 1823. Queria instalar um curso jurídico em São Paulo. O Visconde de Cachoeira, recorda o senador catarinense, encarregou-se de ampliar a proposta para incluir a instalação de outro curso jurídico, para atender os

ter a criação daqueles dois primeiros cursos jurídicos representando um marco decisivo na história pátria – destacou Maldaner.

O senador lamentou, por outro lado, que todas as tentativas parlamentares de oficializar o 11 de agosto também como o Dia do Advogado tenham fracassado. Inclusive seu projeto de lei, que teve parecer contrário na Comissão de Educação do Senado.

Para dar uma “satisfação a todos aqueles que tinham a expectativa de ver oficializada tal data”, o parlamentar reafirmou da tribuna do Senado sua convicção “da justiça de se inserir no ordenamento jurídico do país a comemoração do Dia do Advogado, esse herói anônimo da imorredoura causa das liberdades públicas, esse instrumento essencial para garantir o acesso de todos à justiça, esse operário diligente e habilidoso na necessária reconstrução permanente do Direito”.

Senador avalia aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal para corrigir desequilíbrios

A Lei de Responsabilidade Fiscal e suas aplicações como instrumento para corrigir desequilíbrios nas finanças e na administração pública do país foram destacadas pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele afirmou que a Lei de Responsabilidade Fiscal dá origem a normas tipicamente hierárquicas, ou menos “colegiadas” que as atuais.

Segundo o senador, essa característica supera a tendência das instituições orçamentárias, onde costumam prevalecer atribuições de prerrogativas mais amplas a um dos poderes, “normalmente o Executivo”. No rastro da hierarquização das instituições – entende o senador – a Lei de Responsabilidade Fiscal parece reduzir a margem para manobra do orçamento como instrumento a serviço de políticas públicas, particularmente das políticas tribu-



Maldaner observa que o Poder Legislativo deverá fiscalizar a implementação da lei

tária e de estabilização. Ele observou que “o estabelecimento e o cumprimento de metas fiscais não são um fim em si mesmos, mas a arquitetura de instrumentos que permitem melhor administração, inclusive nos períodos de normalidade”.

Entre os pontos mais relevantes da legislação, o senador destacou o que veda o uso de recursos públicos para auxílio a entidades do sistema financeiro e o que determina que o Poder Legislativo deve fiscalizar a implementação da lei.

Henrique Loyola assume no Senado e vai defender ensino profissionalizante

O empresário, administrador e economista José Henrique Carneiro de Loyola assumiu na sexta-feira o mandato de senador, em virtude da licença do titular, Casildo Maldaner (PMDB-SC), pelo prazo de 121 dias. O novo senador fará parte da bancada do PMDB.

Henrique Loyola, 68 anos, vice-prefeito da cidade de Joinville, assume pela segunda vez o mandato de senador, com o compromisso de lutar pela educação, principalmente o ensino profissionalizante. Para ele, este é o caminho natural para a qualificação do trabalhador brasileiro, além de ajudar a combater um dos maiores problemas que o país enfrenta atualmente: o desemprego.

O senador defende também a realização de intercâmbios entre o Brasil e os países desenvolvidos para que a mão-de-obra brasileira seja melhor qualificada, por meio de pro-



Henrique Loyola propõe que o governo venda todos os imóveis alheios ao patrimônio do Estado

gramas e projetos comuns de treinamento.

O senador catarinense informou que no período em que foi presidente da Escola Técnica Tupy, em Joinville, fez um convênio com estabelecimentos de ensino profissionalizante da Alemanha, que resultou em excelentes resultados para a formação profissional de vários brasileiros. “Nós não precisamos de “canudos” e sim de bons pro-

fissionais”, acrescentou.

Henrique Loyola também anunciou que vai rerepresentar dois projetos. O primeiro pretende dar celeridade aos processos que envolvem sucessão familiar, principalmente quanto à questão de inventários; e o segundo trata do patrimônio da União. Segundo ele, é necessário que o governo venda todos os imóveis alheios ao patrimônio do Estado.